Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde

Volume 49 | Jun. 2018

Situação epidemiológica do tétano acidental no Brasil, 2007-2016

Resumo

Objetivo: descrever a situação epidemiológica do tétano acidental no Brasil, no período de 2007 a 2016. Métodos: trata-se de um estudo descritivo dos casos confirmados da doença, obtidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Resultados: foram notificados no Sinan, no período de 2007 a 2016, 5.224 casos suspeitos de tétano acidental e, entre estes, 56,2% (2.939) foram confirmados. Os casos distribuíram-se por todas as Unidades da Federação, e 74,3% dos atingidos residiam na zona urbana. A taxa de incidência de tétano acidental no Brasil foi de 0,15/100 mil habitantes. A faixa etária mais acometida foi a de indivíduos com idade entre 35 e 64 anos (56,7%), do sexo masculino (84,5%) e de raça parda (50,0%). Em relação à escolaridade, 38,1% dos indivíduos tinham até o ensino fundamental, e em torno de 5,7% eram analfabetos. Quanto à ocupação, as categorias dos aposentados/pensionistas, trabalhadores agropecuários, pedreiros, estudantes e donas de casa perfizeram 58,2%. Foi possível verificar que, em 44,5% dos casos, a principal porta de entrada para a doença foi ferimento por perfuração, principalmente nos membros inferiores (66,0%), sendo os principais locais de ocorrência o próprio domicílio (31,5%) e vias públicas (17,7%). Em relação à situação vacinal, 31,4% não tinham recebido nenhuma dose de vacina; 17,6% tinham vacinação incompleta; e a informação foi registrada como ignorada ou em branco em 47,7% dos casos. Nesse mesmo período, foram registrados 973 óbitos, sendo a taxa de letalidade de 33,1% e a taxa de mortalidade de 0,05 por 100 mil/ hab. Conclusão: o tétano acidental, apesar de ser uma doença imunoprevenível, constitui-se ainda

em um importante problema de saúde pública, pois apresenta alta letalidade e tratamento de custo elevado. No Brasil, apesar da redução do número de casos, estes continuam a ocorrer, com altas taxas de letalidade principalmente entre os idosos. Assim, são necessárias ações que garantam ampla proteção à população, mediante vacinação, que é a principal forma de prevenção do tétano. Além disso, devem ser realizadas melhorias na assistência médico-hospitalar, com profilaxia adequada pós-ferimento, formação e atualização dos profissionais e fortalecimento de ações de educação e saúde.

Introdução

O tétano acidental é uma doença infecciosa aguda, não contagiosa, prevenível por vacina, causada pela ação de exotoxinas produzidas pelo *Clostridium tetani*, que provoca um estado de hiperexcitabilidade do sistema nervoso central. O *Clostridium tetani* é encontrado na natureza, sob a forma de esporo, podendo ser identificado na pele, na terra, em galhos, arbustos, águas putrefatas, poeira das ruas, trato intestinal e fezes (especialmente do cavalo e do homem, sem causar doença). A infecção ocorre pela introdução de esporos em solução de continuidade da pele e das mucosas (ferimentos superficiais profundos de qualquer natureza).^{1,2}

Clinicamente, a doença manifesta-se com febre baixa ou ausente, hipertonia muscular mantida, hiperreflexia profunda e espasmos ou contraturas paroxísticas, que se manifestam à estimulação do paciente. Em geral, o paciente mantém-se consciente e lúcido.²

Boletim Epidemiológico

Secretaria de Vigilância em Saúde Ministério da Saúde

ISSN 9352-7864

©1969. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Comitê Editorial

Osnei Okumoto, Sônia Maria Feitosa Brito, Adele Schwartz Benzaken, André Luiz de Abreu, Daniela Buosi Rohlfs, Elisete Duarte, Maria de Fátima Marinho de Souza.

Equipe Editorial

Coordenação Geral de Doenças Transmissíveis/DEVIT/SVS/MS: Renato Vieira Alves (CGDT), Sérgio de Andrade Nishioka (Editor Científico), Lúcia Rolim Santana de Freitas (Editora Responsável), Maryane Oliveira Campos (Editora Assistente).

Colaboradores

Coordenação Geral de Doenças Transmissíveis/DEVIT/SVS/MS: Daiana Rangel de Oliveira, Fabiano Marques Rosa, Maria Adelaide Millington, Maria Ausenir Paiva Gonçalves, Maria Carolina Coelho Quixadá Pereira, Zênia Monteiro Guedes dos Santos, Zirlei Maria de Matos.

Secretaria Executiva/BE

Márcia Maria Freitas e Silva (CGDEP/ DEGEVS/SVS)

Normalização

Ana Flávia Lucas de Faria Kama (CGDEP/ DEGEVS/SVS)

Revisão de texto

Maria Irene Lima Mariano (CGDEP/ DEGEVS/SVS)

Diagramação

Thaisa Oliveira (CGDEP/ DEGEVS/SVS)

Projeto Gráfico

Fred Lobo, Sabrina Lopes (GAB/SVS)

Distribuição eletrônica

Fábio de Lima Marques, Flávio Trevellin Forini (GAB/SVS)

Apresentação

O Boletim Epidemiológico, editado pela Secretaria de Vigilância em Saúde, é uma publicação de caráter técnico-científico, acesso livre, formato eletrônico com periodicidade mensal e semanal para os casos de monitoramento e investigação de agravos e doenças específicas. A publicação recebeu o número de ISSN: 2358-9450. Este código, aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, possibilita rapidez, qualidade e precisão na identificação e controle da publicação. Ele se configura como importante instrumento de vigilância para promover a disseminação de informações relevantes e qualificadas, com potencial para contribuir com a orientação de ações em Saúde Pública no país.



O tétano acidental é uma doença de notificação compulsória contemplada na Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017.³ A vigilância epidemiológica do tétano acidental tem como objetivos: conhecer o perfil epidemiológico da doença; adotar medidas de controle de forma oportuna; identificar e caracterizar a população de risco para recomendação de vacinação; avaliar o impacto das medidas de controle; promover educação continuada em saúde, incentivando o uso de equipamentos e objetos de proteção, a fim de evitar a ocorrência de ferimentos ou lesões. Espera-se que, com a adoção de tais medidas, seja reduzida a incidência de casos.

São considerados casos suspeitos de TA, segundo o Guia de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, todo paciente com idade acima de 28 dias de vida que apresente um ou mais dos seguintes sinais ou sintomas: disfagia, trismo, riso sardônico, opistótono, contraturas musculares localizadas ou generalizadas, com ou sem espasmos, independentemente da situação vacinal, da história de tétano e de detecção ou não de solução de continuidade de pele ou mucosas. A confirmação se dá quando o caso suspeito é descartado para outras etiologias e apresenta um ou mais dos seguintes sintomas: trismo, disfagia, contratura dos músculos da face (riso sardônico, acentuação dos sulcos naturais da face, pregueamento frontal, diminuição da fenda palpebral) rigidez abdominal (abdômen em tábua), contratura da musculatura paravertebral (opistótono), da cervical (rigidez de nuca), de membros inferiores (dificuldade para deambular), independentemente da situação vacinal, da história prévia do tétano e de detecção de solução de continuidade da pele ou mucosas. O estado de lucidez do paciente também reforça o diagnóstico da doença.1

A vacinação de suscetíveis é a principal medida de prevenção. A vacina pentavalente encontra-se disponível na rotina das Unidades Básicas de Saúde em todo o país, sendo preconizada no Calendário Básico de Vacinação do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Essa vacina oferece proteção contra difteria, tétano, coqueluche, doença pelo Haemophilus influenzae tipo b e hepatite B, e é indicada para imunização ativa de crianças a partir de 2 meses de idade, em esquema de três doses, com intervalo de 60 dias entre elas, indicando-se um reforço de 12 a 15 meses com a vacina DTP (difteria-tétano-coqueluche); um segundo reforço, com esta mesma vacina, é preconizado aos 4 anos de idade. A partir dessa idade, aplica-se um reforço a cada 10 anos após a última dose administrada com a vacina dupla adulto (dT) contra difteria e tétano. Desde o final de 2014, recomenda-se a administração de uma dose de dTpa (difteria, tétano e pertussis acelular), em gestantes e trabalhadores de saúde de unidades

neonatais. A conduta profilática frente a ferimentos suspeitos depende do tipo de ferimento (ferimentos com risco mínimo de tétano e ferimentos com alto risco de tétano) e situação vacinal do paciente (história prévia de vacinação contra o tétano).¹

Quanto ao tratamento, a hospitalização em unidade assistencial apropriada deve ser imediata. Os casos mais graves têm indicação de terapia intensiva onde exista suporte técnico adequado ao manejo da doença e de suas complicações, contribuindo para a redução de sequelas e da letalidade. Os princípios básicos do tratamento são: sedação do paciente, neutralização da toxina tetânica, eliminação do *C. tetani* encontrado no foco da infecção, debridamento do foco infeccioso e medidas gerais de suporte.²

O diagnóstico do tétano é essencialmente clínico, não dependendo de confirmação laboratorial. Os exames laboratoriais auxiliam apenas no monitoramento do paciente e das complicações durante o tratamento da doença.¹

Este boletim tem como objetivo descrever o perfil epidemiológico dos casos confirmados de tétano acidental notificados às Secretarias Estaduais de Saúde de todo o Brasil, no período de 2007 a 2016.

Métodos

Trata-se de um estudo descritivo da situação epidemiológica do tétano acidental no Brasil referente ao período de 2007 a 2016. As informações foram obtidas através da análise de variáveis contidas nas fichas de investigação epidemiológica (FIE) dos casos notificados às Secretarias Estaduais de Saúde registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) dados exportados em 18 de novembro de 2016. Para as informações sobre internação hospitalar, foi utilizado o Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/ SUS)-DATASUS – dados exportados em 28 de novembro de 2016. No presente estudo, foram considerados, para fins de análise, os casos confirmados de tétano acidental (n=2.939). As variáveis estudadas foram: Unidade da Federação (UF), região geográfica (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), zona de residência (rural, urbana e periurbana), idade (<1 ano, 1 a 4, 5 a 9, 10 a 14, 15 a 19, 20 a 34, 35 a 49, 50 a 64, 65 a 79, 80 anos ou mais), sexo (masculino e feminino), raça, escolaridade e ocupação, tipo de ferimento, local do ferimento, principais sinais e sintomas, situação vacinal, profilaxia pós-ferimento, hospitalização, local da provável fonte

de infecção e evolução dos casos. Define-se zona periurbana a área rural com aglomeração populacional que se assemelha a uma área urbana.

Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas, como taxas de incidência (/100 mil hab.), taxa de mortalidade (/100 mil hab.), taxa de letalidade e frequências absolutas e relativas, detalhadas segundo variáveis selecionadas.

No cálculo das taxas de incidência e mortalidade, utilizou-se a população segundo projeções realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis na página do DATASUS (*Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e idade: 2000-2030*).

Para a construção do banco de dados (2007 a 2016), gerado a partir de registros do Sinan, utilizou-se o software Tabwin, desenvolvido pelo DATASUS, versão 3.2.

Foram utilizados os *softwares* Tabwin, Microsoft Office Excel 2013 e Epi Info versão 7.1.5.0, desenvolvido pelos Centers for Diseases Control and Prevention (CDC), dos Estados Unidos.

Resultados e discussão

No período de 2007 a 2016, foram notificados, no Brasil, 5.224 casos de tétano acidental, dos quais 56,2% (2.939) foram confirmados, com média de 294 casos ao ano, ocorrendo uma redução de 52,6% dos casos nesse mesmo período (344 em 2007 e 163 em 2016). Os casos confirmados se distribuem por todas as UFs, destacando-se os estados do Rio Grande do Sul (9,4%), Minas Gerais (8,8%), São Paulo (7,8%), Bahia (7,2%) e Ceará (7,1%), quanto ao número de casos (Tabela 1 e Figura 1). A taxa de incidência variou de 0,04 (no Distrito Federal) a 0,37/100 mil hab. (no Acre), sendo que a incidência média foi de 0,15/100 mil hab. (Tabela 1).

No período de 2007 a 2016, a região Nordeste foi a que registrou o maior número de casos confirmados, com 35,0% (1.029/2.939) dos casos, seguida das regiões Sudeste e Sul, com 21,7% e 20,4%, respectivamente (Figura 2).

Uma característica importante da situação epidemiológica do tétano acidental no Brasil é um aumento na ocorrência de casos em zona urbana de residência, fato observado desde a década de 1990, o que pode ser atribuído ao êxodo rural.⁴

No período de 2007 a 2016, 74,3% dos casos confirmados ocorreram em áreas urbanas, ratificando,

assim, a tendência de aumento nessa zona de residência, a qual vem se mantendo ao longo dos últimos anos (Figura 3).

O tétano acidental acomete todas as faixas etárias, porém a faixa de 35 a 64 anos concentra o maior número de casos, 1.666 (57%). O elevado número de casos nos indivíduos acima de 50 anos (1.446) pode estar relacionado ao envelhecimento. Com o passar do tempo, os indivíduos tornam-se mais suscetíveis a acidentes, devido à redução dos reflexos, piora da habilidade motora e diminuição do campo visual, entre outros problemas. ^{5,6} Além disso, esses indivíduos passam a ter imunidade protetora mais baixa, uma vez que os níveis de anticorpos contra o tétano diminuem com a idade. ^{6,7} O menor número de casos na faixa abaixo de 20 anos pode ser explicado pelas melhores coberturas vacinais nesta faixa (Figura 4).

O sexo masculino foi o grupo mais atingido pela doença (84,5%), o que pode estar relacionado à falta de estratégias mais direcionadas a esses indivíduos, a exemplo de campanhas de vacinação. Observase um baixo percentual de casos no sexo feminino, provavelmente em virtude de uma maior procura dessa categoria por serviços e programas de saúde, como o acompanhamento das mulheres no pré-natal e pósparto, além da vacinação das mulheres em idade fértil (MIF), em razão do risco do tétano neonatal. A raça parda foi predominante entre os casos, representando 50,0%, seguida pela raça branca, com 32,5% (Tabela 2).

Em relação à escolaridade, 38,1% tinham o ensino fundamental e 5,7% eram analfabetos. Observase uma parcela importante de informações com o campo "em branco ou ignorado" (47,3%), como também em outras categorias de estudo. O nível de escolaridade é de suma importância na mudança de hábitos e atitudes da população, o que influencia indiretamente na melhoria das coberturas vacinais de grupos prioritários, indicando a necessidade de campanhas educativas em populações com baixo nível de escolaridade (Tabela 2).68

A variável ocupação destaca-se com alto percentual de incompletude (44,8%). Entre os casos com informação preenchida na ficha de investigação epidemiológica, a categoria dos aposentados/pensionistas foi a que apresentou maior percentual (18,5%) de casos, vindo em seguida trabalhadores agropecuários, pedreiros, estudantes e donas de casa. O predomínio de casos em algumas dessas categorias indica a relação entre o adoecimento e o risco ocupacional a que estão expostas (Tabela 2).^{6,9}

TABELA 1 Distribuição dos casos suspeitos, casos confirmados e taxa de incidência por tétano acidental, segundo região geográfica e Unidade da Federação de residência, Brasil, 2007 a 2016ª

B. 27. 10.21. d. d. e. d	Notificados	Confi	rmados	Taxa de incidência	
Região/Unidade da Federação	(N)	n	%	(/100 mil hab.)	
Norte	594	389	13,2	0,24	
Rondônia	79	47	1,6	0,29	
Acre	48	28	1,0	0,37	
Amazonas	143	95	3,2	0,26	
Roraima	11	07	0,2	0,15	
Pará	275	186	6,3	0,24	
Amapá	20	14	0,5	0,20	
Tocantins	18	12	0,4	0,08	
Nordeste	1.676	1.029	35,0	0,19	
Maranhão	465	158	5,4	0,24	
Piauí	73	47	1,6	0,15	
Ceará	283	210	7,1	0,24	
Rio Grande do Norte	109	72	2,4	0,22	
Paraíba	107	73	2,5	0,19	
Pernambuco	219	151	5,1	0,17	
Alagoas	78	65	2,2	0,20	
Sergipe	44	42	1,4	0,20	
Bahia	298	211	7,2	0,14	
Sudeste	1.092	638	21,7	0,08	
Minas Gerais	521	260	8,8	0,13	
Espírito Santo	63	47	1,6	0,13	
Rio de Janeiro	133	102	3,5	0,06	
São Paulo	375	229	7,8	0,05	
Sul	924	600	20,4	0,21	
Paraná	332	193	6,6	0,18	
Santa Catarina	192	131	4,5	0,20	
Rio Grande do Sul	400	276	9,4	0,25	
Centro-Oeste	938	283	9,6	0,19	
Mato Grosso do Sul	175	51	1,7	0,20	
Mato Grosso	490	105	3,6	0,34	
Goiás	261	115	3,9	0,19	
Distrito Federal	12	12	0,4	0,04	
Total	5.224	2.939	100,0	0,15	

Fonte: Sinan (atualizado em 18/11/2016); DATASUS.

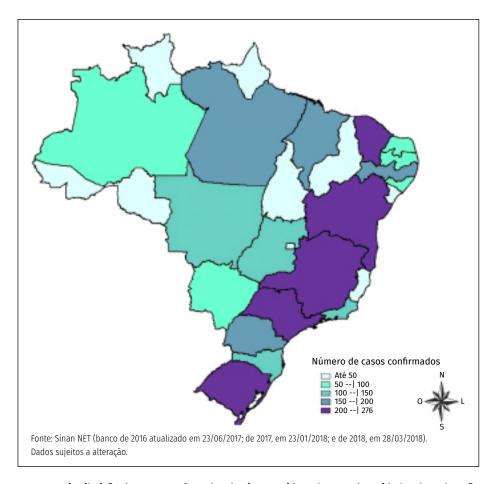


FIGURA 1 Distribuição de casos confirmados de tétano acidental, segundo Unidades da Federação, Brasil, 2007 a 2016ª

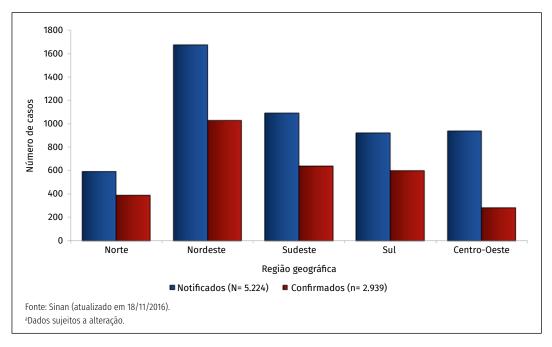


FIGURA 2 Distribuição de casos notificados e confirmados de tétano acidental, segundo regiões, Brasil, 2007 a 2016ª

Em 44,5% dos casos, a porta de entrada foi "perfuração", mais comumente nos membros inferiores (66,0%), possivelmente pelo hábito de se andar e trabalhar descalço. Outros tipos de ferimento foram lacerações (15,8%) e escoriações (12,4%), além de outras causas (15,4%) (Tabela 3).

O local da provável fonte de infecção mais citado foi o próprio domicílio (31,5%), indicando possíveis acidentes domésticos, principalmente entre idosos, os quais, com o passar do tempo, vão perdendo sua capacidade psicomotora, tornando-se mais vulneráveis a acidentes.⁵ Merecem destaque, também, o local de trabalho, com registro em 17,7% dos casos, e vias públicas, com 16,2% (dados não apresentados nas tabelas).

Em relação às manifestações clínicas, o trismo (78,4%), as crises de contraturas (76,7%) e a rigidez de nuca (60,7%), associados ou não, se constituíram nos principais sintomas (Figura 5).

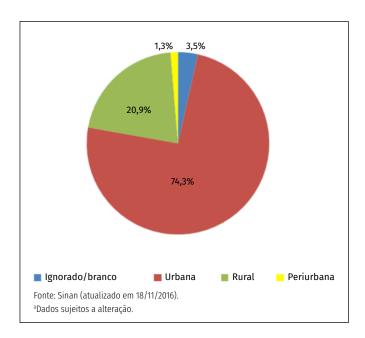


FIGURA 3 Distribuição de casos confirmados de tétano acidental, segundo zona de residência, Brasil, 2007 a 2016ª

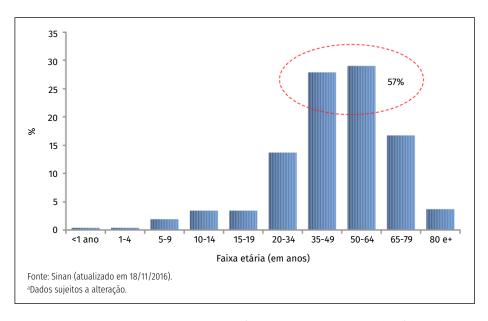


FIGURA 4 Distribuição de casos confirmados de tétano acidental, segundo faixa etária, Brasil, 2007 a 2016ª

TABELA 2 Distribuição dos casos confirmados de tétano acidental segundo variáveis sociodemográficas, Brasil, 2007 a 2016ª

Variável	n	%
Sexo		
Masculino	2.484	84,5
Feminino	455	15,5
Raça		
Parda	1470	50,0
Branca	956	32,5
Preta	224	7,6
Amarela	14	0,5
Indígena	12	0,4
Ignorado/em branco	263	8,9
Escolaridade		
Analfabetos	167	5,7
Ensino fundamental	1.120	38,1
Ensino médio	191	6,5
Superior	33	1,1
Não se aplica	38	1,3
Ignorado/em branco	1.390	47,3
Ocupação		
Aposentado/pensionista	300	18,5
Trabalhador agropecuário em geral	215	13,3
Pedreiro	158	9,7
Estudante	149	9,2
Dona de casa	122	7,5
Trabalhador volante da agricultura	63	3,9
Desempregado crônico	36	2,2
Caseiro (agricultura)	33	2
Produtor agrícola polivalente	27	1,7
Servente de obras	27	1,7
Comerciante/varejista	22	1,4
Vendedor ambulante	16	1,0
Mecânico de manutenção de automóveis/ motocicletas	15	0,9
Vigilante	14	0,9
Pescador artesanal de água doce	14	0,9
Demolidor de edificações	14	0,9
Pescador profissional	12	0,7
Pintor de obras	12	0,7
Outras categorias	373	23,0

Fonte: Sinan (atualizado em 18/11/2016).

Quanto à situação vacinal, 31,4% dos indivíduos informaram nunca terem sido vacinados, e apenas 3,3% tinham até três doses mais dois reforços da vacina. Observa-se que a faixa etária dos adultos (acima dos 20 anos) não apresentava vacinação ou tinha essa informação como ignorada ou em branco, o que pode ser explicado, em parte, pelas dificuldades dessas pessoas procurarem a vacina nos serviços de saúde ou pela perda do cartão de vacinação. Um dos grandes problemas enfrentados, quando se trata da vacinação de adultos, é o desconhecimento da situação vacinal, pois, na maioria das vezes, o adulto não guarda consigo seu comprovante de vacina.¹º O que ratifica esse fato é que, em 47,7% dos registros, essa variável constava como ignorada ou em branco (Tabela 4).

Quanto à variável profilaxia pós-ferimento, em 46,5% (1.366) dos casos foi utilizado o soro antitetânico. Em 17,9% (527),

não foi utilizado nenhum tratamento ou medida preventiva e, entre estes, 39,6% (209) evoluíram para óbito (Figura 6).

Devido à gravidade da doença, em 97,0% dos casos houve hospitalização. Observam-se inconsistências dos dados no Sinan, com o registro de 60 casos classificados como confirmados, para os quais, porém, não houve internação (Tabela 3). Entre estes, 37 apresentaram sintomatologia ignorada e/ou não atenderam a critérios para definição de caso suspeito. Destaca-se que 23 apresentaram clínica compatível para suspeita de tétano acidental, sendo que quatro foram a óbito possivelmente antes de serem internados. Quanto aos outros casos, por razões desconhecidas, não ocorreu internação (Tabela 3).

No Brasil, no período de 2007 a 2016, foram registradas 2.024 internações por tétano acidental – em média, 202

TABELA 3 Distribuição dos casos confirmados de tétano acidental segundo tipo e local do ferimento e hospitalização, Brasil, 2007 a 2016^a

W-25 -1		04
Variável	N	%
Tipo de ferimento		
Perfuração	1.309	44,5
Laceração	464	15,8
Escoriação	365	12,4
Queimadura	97	3,3
Cirúrgica	40	1,4
Injeção	19	0,7
Abortamento séptico	1	0,0
Outros	451	15,4
Ignorado/em branco	193	6,6
Local do ferimento		
Membros inferiores	1.939	66,0
Membros superiores	465	15,8
Cabeça/pescoço	203	6,9
Cavidade oral	81	2,8
Tronco	71	2,4
Ignorado/em branco	180	6,1
Hospitalização		
Sim	2.851	97,0
Não	60	2,0
Ignorado/em branco	28	1,0
Total	2.939	100,0

Fonte: Sinan (atualizado em 18/11/2016).

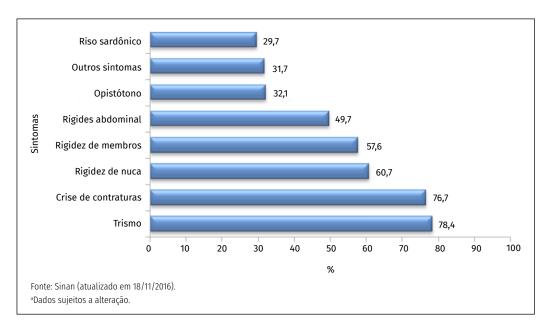


FIGURA 5 Distribuição de casos confirmados de tétano acidental segundo manifestações clínicas, Brasil, 2007 a 2016ª

TABELA 4 Distribuição dos casos confirmados de tétano acidental segundo situação vacinal, Brasil, 2007 a 2016a

Faixa etária (em anos)	Nunca vacinado	1 D	2 D	3 D	3 D +1R	3 D +2R	Ignorado/em branco	Total
<1	4	3	0	0	0	0	3	10
1-4	5	1	1	1	2	0	2	12
5-9	25	6	1	2	3	0	19	56
10-14	18	17	5	7	8	3	42	100
15-19	14	9	0	7	10	3	55	98
20-34	124	38	10	11	15	5	198	401
35-49	257	104	15	12	13	6	409	816
50-64	282	133	9	7	15	2	402	850
65-79	160	73	12	14	6	3	221	489
80 ou mais	34	12	2	4	4	0	51	107
Total	923	396	55	65	76	22	1.402	2.939
%	31,4	13,5	1,9	2,2	2,6	0,7	47,7	100,0

Fonte: Sinan (atualizado em 18/11/2016).

^aDados sujeitos a alteração. Nota: D – Dose; R – Reforço.

internações por ano. A duração média de permanência no hospital foi de 17 dias, variando de 14 a 20, e o valor médio gasto com internação, por ano de atendimento, foi de R\$ 5.022,32 (Tabela 5). Considerando-se que, atualmente, uma dose da vacina dupla adulto (dT) tem um custo de R\$ 0,41 (de acordo com a Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações-CGPNI), com tal valor seria possível comprar em torno de 24 milhões de doses dessa vacina. Como pode ser

observado, o gasto com internações por tétano é bastante elevado, onerando assim os serviços de saúde (Tabela 5).

Dos 2.939 casos confirmados de tétano, 973 (33,1%) evoluíram para óbito e 1.542 (52,5%) tiveram cura (Figura 7).

Os óbitos distribuíram-se por todas as idades, sendo que 80,1% ocorreram na faixa etária de 35 a 79 anos. Ao longo

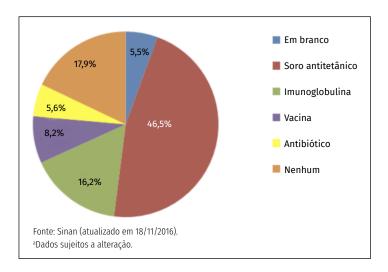


FIGURA 6 Distribuição de casos confirmados de tétano acidental, segundo medidas profiláticas, Brasil, 2007 a 2016ª

TABELA 5 Número de internações, média de permanência hospitalar e valor médio e total de internação por tétano acidental, segundo ano de atendimento e local de residência, Brasil, 2007 a 2016ª

Ano de atendimento	Média de permanência (em dias)	Internações (n)	Valor médio por internação	Valor total/ano
2007	16,2	290	2.089,68	606.006,61
2008	14,7	203	3.864,04	784.400,53
2009	15,1	196	4.112,63	806.075,87
2010	16,9	211	5.328,02	1.124.213,04
2011	17,1	183	4.973,28	910.110,88
2012	19,2	191	6.179,21	1.180.229,52
2013	17,3	185	5.697,28	1.053.996,99
2014	17,7	187	5.718,39	1.069.338,48
2015	20,1	195	6.232,12	1.215.263,79
2016	15,6	183	6.028,59	1.103.232,81
Total	17,1	2.024	5.022,32	9.852.868,52

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS).

do período analisado, a taxa de mortalidade foi de 0,06 em 2007, reduzindo-se para 0,02/100 mil hab. em 2016, o que representou uma redução de 66,6% (Tabela 6).

A letalidade por tétano é alta, devido à sua gravidade e às suas complicações. De cada 100 pessoas que adoecem, cerca de 35 a 40 morrem.¹¹ A taxa de letalidade, por idade, variou de 16,3% a 52,3%, sendo maior nos extremos das idades (Tabela 6).

As taxas de letalidade se assemelham em todas as regiões do país, variando de 30,8% na região Nordeste a 36,8% na região Norte. As regiões Norte e Sul foram as que apresentaram maiores taxas de letalidade. Entre os estados, destacam-se o Paraná, com a maior taxa (47,2%), seguido pelos estados de Alagoas (46,2%), Sergipe (45,2%) e Maranhão (44,3%). A letalidade, no período de 2007-2016, foi de 33,1%, considerada alta quando comparada aos países desenvolvidos, onde se apresenta entre 10 e 17%¹ (Tabela 7).

^aDados sujeitos a revisão.

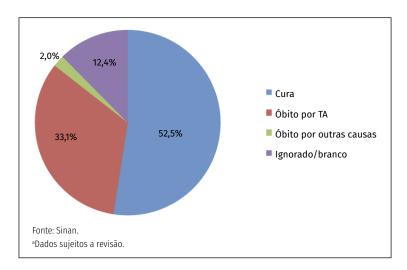


FIGURA 7 Distribuição de casos confirmados de tétano acidental, segundo evolução, Brasil, 2007 a 2016ª

TABELA 6 Distribuição dos óbitos, taxa de letalidade e taxa de mortalidade por tétano acidental, segundo faixa etária, Brasil, 2007 a 2016ª

Faixa etária (em anos)	Casos	%	Óbitos	%	Taxa de letalidade (%)	Taxa de mortalidade (/100 mil hab.)
0-4	22	0,7	7	0,7	31,8	0,00
5-9	56	1,9	15	1,5	26,8	0,01
10-14	100	3,4	26	2,7	26,0	0,02
15-19	98	3,3	16	1,6	16,3	0,01
20-34	401	13,6	79	8,1	19,7	0,02
35-49	816	27,8	235	24,2	28,8	0,06
50-64	850	28,9	306	31,4	36,0	0,12
65-79	489	16,6	233	23,9	47,6	0,21
80 e+	107	3,6	56	5,8	52,3	0,20
Total	2.939	100,0	973	100,0	33,1	0,05

Fonte: Sinan (atualizado em 18/11/2016); DATASUS.

TABELA 7 Distribuição dos óbitos e taxas de letalidade do tétano acidental, segundo região geográfica e Unidade da Federação de residência, Brasil, 2007 a 2016ª

Região e Unidade da Federação de residência	Óbitos (n)	Taxa de letalidade (%)
Norte	143	36,8
Rondônia	19	40,4
Acre	12	42,9
Amazonas	25	26,3
Roraima	1	14,3
Pará	77	41,4
Amapá	4	28,6
Tocantins	5	41,7
Nordeste	317	30,8
Maranhão	70	44,3
Piauí	13	27,7
Ceará	47	22,4
Rio Grande do Norte	17	23,6
Paraíba	26	35,6
Pernambuco	30	19,9
Alagoas	30	46,2
Sergipe	19	45,2
Bahia	65	30,8
Sudeste	206	32,3
Minas Gerais	74	28,5
Espírito Santo	16	34,0
Rio de Janeiro	41	40,2
São Paulo	75	32,8
Sul	219	36,5
Paraná	91	47,2
Santa Catarina	48	36,6
Rio Grande do Sul	80	29,0
Centro-Oeste	88	31,1
Mato Grosso	14	27,5
Mato Grosso do Sul	39	37,1
Goiás	32	27,8
Distrito Federal	3	25,0
Total	973	33,1

Fonte: Sinan (atualizado em 18/11/2016).

Considerações finais e recomendações

Pode-se concluir, com base nas análises realizadas, que o tétano acidental no Brasil, apesar da importante redução de casos, continua sendo um problema de saúde pública, devido a sua alta letalidade e elevados custos com tratamento.

O comportamento da doença no país segue a dos países desenvolvidos, onde os idosos são os mais acometidos pela doença.¹² Sendo uma doença universal, o tétano acidental acomete homens, mulheres e crianças, independentemente da idade, quando não vacinados ou com esquema vacinal incompleto.

No período estudado, observou-se que o maior risco de adoecer e morrer se registraram entre os idosos, mas com ocorrência, também, de casos em adultos jovens em plena fase produtiva. O sexo masculino foi o mais atingido, e os integrantes da categoria dos aposentados/pensionistas destacam-se entre os que mais adoeceram, seguidos dos trabalhadores agropecuários, pedreiros, estudantes e donas de casa. A principal porta de entrada para a infecção foram ferimentos por perfuração; quanto ao local do ferimento, a maior parte ocorreu nos membros inferiores; e, em relação ao local de ocorrência, sobressaem a própria residência, o local de trabalho ou as vias públicas. Ações de educação em saúde devem ser promovidas no sentido de se incentivar o uso de equipamentos e objetos de proteção, a fim de se evitar a ocorrência de ferimentos ou lesões e, consequentemente, a doença.

Um alto percentual de informações ignoradas ou em branco foi observado em variáveis essenciais à investigação dos casos, entre elas escolaridade, ocupação e situação vacinal. Também se verificaram inconsistências na variável hospitalização, pois alguns dos casos constam como não tendo sido internados. Sabe-se que, dada a gravidade da doença, todos os indivíduos acometidos de tétano acidental necessitam de internação. Nesse sentido, faz-se necessária uma análise mais criteriosa das fichas de investigação epidemiológica no que diz respeito à qualidade do seu preenchimento, minimizando-se, assim, incompletudes e inconsistências.

Com o envelhecimento da população, a ocorrência do tétano acidental em idosos deve ser considerada e, para tal, fazem-se necessárias estratégias mais direcionadas a esse segmento. No que diz respeito à vacinação, que é a principal forma de prevenção do tétano, poderse-ia aproveitar as campanhas de vacinação contra a influenza. Na vacinação de adultos, principalmente do sexo masculino, que não têm o hábito de procurar os serviços de saúde, devem-se focar ações de educação em saúde, com o intuito de informar sobre a doença e suas formas de prevenção.

Outro ponto a ser considerado é a qualidade do atendimento emergencial ao paciente, sendo fundamental, por parte dos profissionais de saúde, conhecimentos relacionados à profilaxia e à terapêutica do tétano quanto ao soro antitetânico (SAT), à imunoglobulina (IGHAT) e a vacinas, respeitando-se sempre o esquema vacinal do paciente, bem como as características do ferimento. Nesse sentido, a capacitação e a atualização dos técnicos de vigilância e profissionais que atuam em ambiente hospitalar são de grande importância na conduta correta frente a casos suspeitos da doença.

Recomenda-se também a disseminação de informações epidemiológicas à população e aos serviços públicos e privados sobre a situação do tétano acidental no país.

Diante do exposto, fica evidente que o tétano acidental continua sendo um sério problema de saúde pública. Trata-se de uma doença imunoprevenível, com vacina eficaz, disponível na rotina das Unidades Básicas de Saúde em todo o país. Recomenda-se o fortalecimento das ações de vigilância e assistência, principalmente no que diz respeito à manutenção de altas coberturas vacinais, como forma de prevenção, atendimento e tratamento emergencial adequados, na perspectiva da diminuição de sua letalidade.

Referências

- Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Tétano Acidental. In: Guia de Vigilância em Saúde [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2017 [citado 2018 jan 15]. p. 171-180. Disponível em: http:// portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/ principal/leia-mais-o-ministerio/199-secretaria-svs/ destaques-svs/29119-guia-de-vigilancia-em-saude.
- Veronesi R, Focaccia R. Tétano. In: Veronesi R, Focaccia R. Tratado de Infectologia. 3. ed. São Paulo: Editora Atheneu; 2005. p. 1115-1138.
- 3. Brasil. Ministério da Saúde.. Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde [Internet]. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2017 out 3 [citado 2018 jan 15]; Seção Suplemento:288. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/ saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html
- Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. Tétano Acidental. In: Guia de Vigilância Epidemiológica [Internet]. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2009 [citado 2018 jan 15]. p. 17-26. Disponível em: http://www.bvs.saude.gov.br/bvs/ publicações/guia vigilância epidemiológica 7 ed.pdf
- Pagliuca LMF, Feitoza AR, Feijão AR. Tétano na população geriátrica: problemática da saúde coletiva? Rev Latino-Am Enfermagem. 2001 novdez;9(6):69-75.

- Vieira JL, Santos LM. Aspectos epidemiológicos do tétano acidental no estado de Minas Gerais, Brasil, 2001-2006. Epidemiol Serv Saúde. 2009 outdez;18(4):357-64.
- Bardenheier B, Prevots R, Khetsuriani N, Wharton M. Tetanus surveillance-United States, 1995-1997. MMWR CDC Surveill Summ. 1998 Jul;47(SS-2);1-13.
- 8. Feijão AR, Brito DMS, Peres DA, Galvão MTG. Tétano acidental no Estado do Ceará entre 2002 e 2005. Rev Soc Bras Med Trop. 2007 jul-ago;40(4):426-30.
- Lima VMSF, Garcia MT, Resende MR, Nouer SA, Campos EOM, Papaiordanou POM. Tétano Acidental: análise do perfil clínico e epidemiológico de casos internados em hospital universitário. Rev Saúde Pública. 1998;32(2):166-71.
- Viertel IL, Amorim L, Piazza U. Tétano acidental no Estado de Santa Catarina, Brasil: aspectos epidemiológicos. Epidemiol Serv Saúde. 2005 janmar;14(1):33-40.
- Gomeri AMQ, Gagliani LH. Estudo epidemiológico do tétano acidental no Brasil. Rev UNILUS Ens Pesq. 2011 jul-dez;8(15):20-31.
- 12. Moraes EN, Pedroso ERP. Tétano no Brasil: doença do idoso? Rev Soc Bras Med Trop. 2000 maiojun;33(3):271-5.